COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 7.332, DE 2014 (Apensados os PLs nº1.662, de 2015, e nº 1.854, de 2015)

Altera o art. 21-A da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a manutenção do benefício de prestação continuada para a pessoa com deficiência que exerça atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, com rendimentos de até dois salários mínimos mensais.

Autor: Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO

Relator: Deputado MISAEL VARELA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 7.332, de 2014, propõe assegurar à pessoa com deficiência que exerça atividade remunerada, inclusive como microempreendedor individual, com rendimentos de até dois salários mínimos, o direito à manutenção do Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Em sua Justificação, o Autor argumenta que as alterações promovidas pela Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011, que modificou a Lei nº 8.742, de 1993, para suspender o benefício assistencial da pessoa com deficiência que exerça atividade remunerada, mas garantindo o retorno imediato do benefício no caso de extinção da relação trabalhista ou da atividade empreendedora, não contribuíram para aumentar a participação da pessoa com deficiência que recebe o BPC no mercado formal de trabalho.

Segundo o Autor, a pessoa com deficiência e seus familiares temem não receber de imediato o benefício assistencial suspenso após ela perder a relação de emprego ou de atividade empreendedora.

Em geral, para essas famílias, o BPC constitui a única renda familiar e as famílias preferem permanecer na informalidade, pois a atividade remunerada implica diminuição da renda familiar, por conta do desconto obrigatório das contribuições legais e pelo aumento de custos para acompanhar a pessoa com deficiência ao trabalho, associada à dificuldade de acesso aos meios de transporte e ao local de trabalho.

A proposta apresentada, segundo o Autor, visa estimular a inserção e permanência das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, garantindo-se a manutenção do BPC para aqueles beneficiários com rendimento de até dois salários mínimos mensais. A pessoa com deficiência irá buscar a melhoria de sua educação formal e qualificação profissional, ante a possibilidade de auferir uma renda que beneficiará a ela e a seus familiares.

Apensados à Proposição estão os Projetos de Lei:

1) Nº 1.662, de 2015, de autoria do Deputado Fábio Mitidieri, que altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, para permitir que a pessoa com deficiência que ingressou no mercado formal de trabalho e que receba até 3 salários mínimos mensais possa receber, conjuntamente, o Benefício de Prestação Continuada – BPC;

2) Nº 1.854, de 2015, de autoria do Deputado Félix Mendonça Júnior, que dispõe sobre a redução parcial do Benefício da Prestação Continuada – BPC das pessoas com deficiência que exerçam atividade laboral e percebam até 3 salários mínimos por mês.

As proposições foram distribuídas às Comissões de Seguridade Social e Família, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Finanças e de Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Na Comissão de Seguridade Social e Família a Proposição foi apreciada e o Parecer foi pela aprovação do Projeto de Lei e de seus apensos, na forma de Substitutivo apresentado pelo Deputado Mario Heringer.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas às proposições nesta Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

É indiscutível a importância das contratações de profissionais com deficiência para a economia do nosso país. A inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho contribui para a dignidade, autoestima e inclusão social dessa importante parcela da população.

As empresas, que são obrigadas a contratar pessoas com deficiência, de acordo com o art.93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, preferem pessoas com deficiências menos graves, que não demandem maiores adaptações do ambiente de trabalho. A baixa escolaridade e a ausência de qualificação profissional levam grande parte das pessoas com deficiência serem recrutadas para empregos precários, sem a devida cobertura previdenciária, enquanto outras preferem viver na dependência econômica de sua família.

Em nosso ordenamento jurídico existem dispositivos legais capazes de reduzir as barreiras impostas às pessoas com deficiência com relação à inclusão social e no mercado de trabalho. Mas não são suficientes para atender às suas necessidades e direitos. As proposições em análise são meritorias e oportunas, ao proporem aperfeiçoar os mecanismos para a inclusão laboral e social de pessoa com deficiência de baixa renda, que possui mais dificuldade de empregabilidade. O proposto pelo Projeto de Lei e seus apensos é um estímulo para sua inserção e permanência no mercado de trabalho, além de estimular a pessoa com deficiência a obter progressos em sua formação escolar e profissional.

De fato, o Projeto de Lei nº 7.332, de 2014, autoriza que a pessoa com deficiência que exerce atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, e que receba até dois salários mínimos mensais, continue a ser contemplada com o Benefício de Prestação Continuada – BPC no valor de um salário mínimo previsto na Lei nº 8.742, de 1993.

Com relação aos Projetos de Lei apensados, ambos convergem na mesma direção da proposição principal, ou seja, mantêm o BPC da pessoa com deficiência que exerce atividade remunerada, variando apenas quanto aos limites da remuneração e do percentual do BPC que se deveria permitir acumular.

A Comissão de Seguridade Social e Família, que nos precedeu, votou pela aprovação dos Projetos de Lei ora sob análise na forma de um Substitutivo. Além de permitir que o BPC seja mantido pelas pessoas com deficiência que exercem atividade remunerada com rendimentos de até três salários mínimos mensais, o Substitutivo da CSSF aperfeiçoa as Proposições ora sob análise desta Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em que pese, no entanto, concordarmos com os aperfeiçoamentos propostos pela CSSF, julgamos que a permissão para acumulação do BPC com a remuneração laboral da pessoa com deficiência deve ocorrer apenas para aquelas que recebem até dois salários mínimos mensais, sob pena de inviabilizarmos a aprovação dessa matéria. A nossa proposta é, portanto, menos onerosa para o Tesouro Nacional do que o Substitutivo aprovado na CSSF.

Por todo o exposto, votamos pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 7.332, de 2014; 1.662, de 2015; e 1.854, de 2015, na forma do Substitutivo apresentado em anexo, que difere do aprovado na CSSF apenas no que se refere ao limite de rendimentos mensais para que a pessoa com deficiência possa receber, acumuladamente, o BPC.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado MISAEL VARELA
Relator

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI NºS 7.332, DE 2014, 1.662, DE 2015, E 1.854, DE 2015

Altera os arts. 20, 21 e 21-A da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a manutenção do benefício de prestação continuada para a pessoa com deficiência que exerça atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, com rendimentos de até dois salários mínimos mensais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 20, 21 e 21-A, da Lei nº8.742, de 7 de dezembro de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20.....
.....

§ 12 Para efeito de cálculo da renda a que se refere o § 3º deste artigo, não será levada em consideração a renda proveniente de atividade remunerada de pessoa com deficiência, inclusive na condição de microempreendedor individual, no valor de até dois salários mínimos mensais.”(NR)

“Art. 21.....
.....

§ 3º O desenvolvimento das capacidades cognitivas, motoras ou educacionais, a realização de atividades não remuneradas de habilitação e reabilitação, bem como as remuneradas, inclusive na condição de microempreendedor individual, com rendimentos de até dois salários mínimos mensais, não constituem motivo de

suspensão ou cessão do benefício da pessoa com deficiência.

.....” (NR)

“Art. 21-A O benefício de prestação continuada será suspenso pelo órgão concedente quando a pessoa com deficiência exercer atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, com rendimento superior a dois salários mínimos.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de de 2016

Deputado MISAEL VARELA